



LEI Nº 1.895 DE 20 DE JUNHO DE 2017.

Ementa: “Dispõe sobre a implantação do Conselho Escolar nos estabelecimentos de ensino, mantidos pelo Poder Público Municipal de Rio das Flôres e dá outras providências”.

Art. 1º - As Escolas da Rede Municipal de Ensino implantarão o Conselho Escolar constituído pela direção da escola e representantes da comunidade social.

Parágrafo Único – Entende-se por comunidade escolar, para efeito deste artigo, o conjunto de alunos, pais e responsáveis por alunos, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar.

Art. 2º - Os Conselhos Escolares terão as funções consultiva, deliberativa e fiscal, constituindo-se no órgão máximo ao nível da escola, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - O Conselho Escolar será um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução de conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e nos problemas administrativos e pedagógicos que esta enfrenta.

Art. 4º - Dentre as atribuições do Conselho Escolar, a serem definidas em Regimento Próprio de cada unidade escolar, devem obrigatoriamente constar as de:

I - Elaborar o seu Regimento Interno;

II - Contribuir para o avanço do processo de democratização da gestão;

III - Interagir junto à escola/creche como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;

IV - Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre equipe diretiva, administrativa, pedagógica, corpo discente, profissionais de apoio, agentes de recreação, inspetores de alunos, monitores, pais e/ou responsáveis legais;

V - Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;

VI - Cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da Unidade Escolar;

VII - Promover ações coletivas que visem à construção do Projeto Político Pedagógico da



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Rio das Flôres

GABINETE DO PREFEITO

Unidade Escolar, instrumento norteador da filosofia e das práticas educativas;

VIII - Administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação do Conselho Escolar, os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;

IX - Incentivar a criação do grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente com o mesmo;

X - Avaliar o desempenho da escola, em face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

XI - Decidir sobre os procedimentos relativos à integração com as Instituições Auxiliares da Escola, quando houver, e com outras Secretarias do Município;

XII - Apreciar e deliberar sobre problemas de rendimento escolar dos alunos, indisciplina, infrequência e outros, de forma a diminuir a evasão e a repetência;

XIII - Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar;

XIV - Traçar normas disciplinares para o funcionamento da escola – Regimento Interno – dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

XV - Divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes à qualidade dos serviços prestados pela Escola e resultados obtidos;

XVI - Apreciar e aprovar alterações no Regimento Escolar;

XVII - Convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou dos seus segmentos;

XVIII - Supervisionar a exploração da Cantina Comercial, quando houver, conforme a lei vigente;

XIX - Apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas em Regimento e ou procedimentos incompatíveis com a dignidade da função, encaminhando tal documento à Secretaria de Educação;

Parágrafo Único – Na definição das questões pedagógicas, deverão ser resguardadas as normas e diretrizes da Secretaria de Educação.

Art. 5º - O Conselho Escolar será composto por representação dos segmentos da Comunidade, eleito por seus pares, em assembleias, nos termos da legislação em vigor:

I - Pais ou responsáveis dos alunos, matriculados na Unidade Escolar, independente da série;

II - Alunos do Ensino Fundamental a partir do 5º ano de escolaridade, Educação de



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Rio das Flores

GABINETE DO PREFEITO

Jovens e Adultos e Educação Especial;

III - Professores Regentes, Equipe Técnico – Administrativa e demais Professores em exercício na Unidade Escolar.

IV - Equipe Técnica - Pedagógica (Orientador Educacional) e de Apoio Técnico (Psicólogo, Fonoaudiólogo e Assistente Social);

V - Equipe de Apoio (todos os efetivos).

§1º - Caso haja falta de representação de algum dos segmentos mencionados no caput deste artigo, compensar-se-á com membros provenientes de segmentos de representação afim.

§2º - Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, com direito a voz e não a voto as representações da comunidade.

§3º - Caso não haja servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Rio das Flores suficientes para a composição do Conselho Escolar, poderão participar funcionários prestadores de serviços por contrato temporário, lotados na unidade escolar.

Art. 6º - O diretor integrará o Conselho Escolar, como membro nato, e, em seu impedimento, por um elemento por ele indicado.

Art. 7º - Os membros do Conselho Escolar, bem como seus suplentes, serão eleitos por seus pares, em reuniões convocadas para esse fim.

Art. 8º - Nenhum membro da comunidade escolar poderá participar de mais de uma categoria na mesma escola, votando ou concorrendo, ainda que represente segmentos diversos ou acumule funções, respeitada a seguinte hierarquia:

I - Professor;

II - Funcionário;

III - Aluno;

IV - Pai;

Art. 9º - Para dirigir o processo eleitoral, será constituída uma Comissão Eleitoral de composição paritária com um ou dois representantes de cada segmento que compõe a comunidade escolar, escolhidas em assembleia convocada pelo Conselho Escolar.

§ 1º - A assembleia para indicação da primeira Comissão Eleitoral de composição paritária com um ou dois representantes de cada segmento que compõe a comunidade escolar, escolhida em assembleia convocada pelo Conselho Escolar.

§ 2º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão candidatar-se ao Conselho



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Rio das Flôres

GABINETE DO PREFEITO

Escolar.

Art. 10 – A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela direção da escola e as seguintes pelo próprio Conselho Escolar, no prazo a ser determinado em Regimento Próprio.

Art. 11 – O Conselho Escolar elegerá seu presidente e vice-presidente, entre os membros que o compõem, maiores de 18 anos.

Art. 12 – O mandato do Conselho Escolar terá duração de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução consecutiva.

Parágrafo Único – Excetuam-se deste artigo, as categorias compostas por apenas um elemento.

Art. 13 – Os membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração extra e exercerão suas funções independentemente de suas atribuições e horários de serviço.

Art. 14 – O Conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente, uma vez por bimestre, extraordinariamente, quando for necessário.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão convocadas pelo presidente, ou, no seu impedimento e do vice, pelo diretor, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida na convocatória.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente do Conselho Escolar ou a pedido de 2/3 (dois terços) de seus membros, em requerimento dirigido ao presidente, especificando o motivo da convocação.

Art. 15 – O Conselho Escolar funcionará somente com o “quórum” mínimo de metade mais 1 (um) de seus membros.

Parágrafo Único – Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar, tomadas por metade mais 01 (um) dos votos dos presentes à reunião.

Art. 16 – A vacância da função de conselheiro dar-se-á por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da unidade escolar ou destituição.

Parágrafo Único – O ato de destituição da função de conselheiro deverá estar definido em Regimento Próprio.

Art. 17 – Cabe ao suplente:

I - Substituir o titular em caso de impedimento;

II - Completar o mandato do titular em caso de vacância.

Art. 18 – Os estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino de Rio das Flôres deverão



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Rio das Flôres

GABINETE DO PREFEITO

contar com um Conselho Escolar.

§1º– As Unidades Escolares que não possuírem Conselho Escolar deverão no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da promulgação desta Lei , ou do efetivo funcionamento da unidade escolar, providenciar a composição deste colegiado conforme orientações elencadas neste dispositivo legal.

§2º– O mandato dos representantes eleitos para o primeiro Conselho Escolar poderá ter a duração diferente do previsto no art. 12 (doze), para que a eleição subsequente proceda-se no mês de fevereiro de cada ano.

Art. 19 – As peculiaridades do Conselho Escolar de cada unidade deverão ser especificadas em Regime próprio, a ser elaborado pelo Conselho e aprovado em assembleia.

Art. 20 – O disposto nesta Lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público Municipal de Rio das Flôres.

Art. 21 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio das Flôres, 01 de junho de 2017.

Rodrigo Lima de Novaes
Presidente

Rodrigo Santana de Almeida
Vice-Presidente

José Roberto da Silva
1º Secretário

Diogo Brites dos Santos
2º Secretário

De acordo com as atribuições a mim conferidas pela legislação em vigor, sanciono a presente Lei.

Gabinete do Prefeito, de 2017.

Vicente de Paula de Souza Guedes
Prefeito Municipal